

do Decreto-Lei n.º 164/2012, de 31 de julho, o engenheiro Vasco José Manso Oliveira e Costa.

2 — O presente despacho produz efeitos a 21 de dezembro de 2015.

22 de dezembro de 2015. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

ANEXO

Síntese curricular

Dados pessoais:

Nome: Vasco José Manso de Oliveira Costa
Data de nascimento: 27 de maio de 1957

Habilitações literárias:

Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie: Licenciatura em Engenharia Civil (1976-1980);
INDEG/ISCTE: Pós-graduação em Gestão Empresarial (1991-1992);
INDEG/ISCTE: Pós-graduação em E-business (2000-2001).

Outras habilitações:

2009 — IST (DECivil/Fundec) — Acústica de Edifícios;
2009 — LNEG — Projetista de Equipamento Solar Térmico;
2010 — Perito Qualificado da Ordem dos Engenheiros — RCCTE.

Atividade profissional:

Desde maio de 2013:

Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P.: Assessor do Conselho Diretivo.

De janeiro de 2001 a julho de 2012:

RAR Imobiliária, S. A.: Diretor Adjunto da Administração.

De fevereiro 1994 a dezembro de 2000:

Construtura Abrantina, S. A.: Diretor da área imobiliária.

De fevereiro 1993 a fevereiro 1994:

TEVISIL — Sociedade Técnica Viseense, S. A.: Diretor de produção da Delegação Sul.

De novembro de 1990 a fevereiro de 1993:

Carlos Eduardo Rodrigues, S. A.: Diretor de grupo de obras na região de Lisboa.

De agosto de 1988 a novembro de 1993:

Bucelato Construtores, L.ª: Diretor de núcleo de obras na região do Algarve.

De outubro de 1985 a agosto de 1988:

Agerg — Gestão e Construção, L.ª: Diretor de obra (de outubro de 1985 a dezembro de 1986) e Diretor Regional — Ilha Terceira (de janeiro de 1987 a agosto de 1988).

De setembro de 1983 a setembro de 1985:

Prestação de serviço Militar obrigatório na Direção de Infraestruturas da Força Aérea.

De maio de 1982 a agosto de 1983:

Procis — Processos e Sistemas de Construção, L.ª: Diretor de obra.

De julho de 1980 a abril de 1982:

ETALP — Engenheiros Associados: Estagiário de engenheiro projetista de estruturas (de julho de 1980 a dezembro de 1980) e Engenheiro projetista de estruturas (de janeiro de 1981 a abril de 1982).

Informação profissional adicional: Membro da Ordem dos Engenheiros.

209220524

Despacho n.º 77/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de secretária pessoal

do meu gabinete, Ana Paula Santos Carracho Silva, técnica de justiça adjunta da Direção-Geral da Administração da Justiça.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 27 de novembro de 2015.

22 de dezembro de 2015. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

Nota curricular

Dados pessoais

Ana Paula Santos Carracho Silva
Nascida em 23 de maio de 1965, em Mafra

Habilitações académicas

12.º Ano de Escolaridade

Experiência profissional

Em 1996, início de funções como técnica de justiça auxiliar, da carreira de oficial de justiça, no Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa (DIAP), na 3.ª secção especializada.

Em 1999, ainda como técnica de justiça auxiliar, desempenho de funções na Coordenação do DIAP.

Em 2004, promovida a técnica de justiça adjunta, início de funções de apoio técnico e secretariado da Diretora do DIAP.

Em 2007, destacamento para o Tribunal da Relação de Lisboa, desempenho de funções de secretariado da Procuradora-Geral Distrital de Lisboa.

209220532

Despacho n.º 78/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como adjunta para exercer funções no meu gabinete, a licenciada Paula Maria Dias da Silva, Inspectora da Polícia Judiciária.

2 — A designada é autorizada a beneficiar do disposto na alínea *a*) do n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 27 de novembro de 2015.

22 de dezembro de 2015. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

Nota curricular

Dados Pessoais

Nome: Paula Maria Dias da Silva
Data de Nascimento: 31 de julho de 1971

Habilitações Literárias

Licenciatura em Direito, variante Ciências Jurídicas, em 2008, pela Universidade Autónoma de Lisboa

Carreira Profissional

Desde 19 de maio de 2009 tem estado colocada na Secção de Investigação de Criminalidade Informática e Tecnológica, da Diretoria de Lisboa e Vale do Tejo, da Polícia Judiciária.

De 1 de fevereiro de 2006 a 18 de maio de 2009 esteve colocada na Secção Central de Investigação de Alta Tecnologia da então designada Direção Central de Investigação da Corrupção e Criminalidade Económico e Financeira (DCICCEF), atual Unidade Nacional de Combate à Corrupção.

De 28 de junho de 2004 a 31 de janeiro de 2006 esteve colocada na Secção Central de Investigação da Criminalidade Informática e de Telecomunicações, da DCICCEF, iniciando aqui o seu percurso relacionado com investigações criminais relativas à cibercriminalidade.

De 27 de março de 2003 a 27 de junho de 2004 esteve colocada na Unidade Nacional de Informação do Crime Económico Organizado, da DCICCEF, onde desenvolveu diversas atividades relacionadas com a análise comparativa de dados com relevância criminal para fins estatísticos e suporte à investigação da criminalidade económica e financeira.

De 13 de dezembro de 2001 a 26 de março de 2003 esteve colocada na então existente Secção Central de Investigação da Fraude Organizada sobre Mercadorias, da DCICCEF, tendo a seu cargo diversas investigações neste âmbito.

Ingressou na Administração Pública a 27 de novembro de 2000, tendo desde essa data até 12 de dezembro de 2001 levado a cabo o estágio de Inspetor de Investigação Criminal da Polícia Judiciária, com rotações na então designada Diretoria de Lisboa e Departamento de Investigação Criminal de Portimão.

A 6 de janeiro de 2000 passou à disponibilidade com o posto de 1.º Sargento, para ingressar no 36.º CFAE (Curso de Formação de Agentes Estagiários) da Polícia Judiciária.

Incorporada no Exército Português em 24 de agosto de 1992, frequentou o Curso de Formação de Sargentos, concluindo a preparação complementar com a especialidade “901 — Programador”, tendo iniciado a carreira militar com o posto de 2.º Furiel em Regime de Voluntariado.

209220735

Despacho n.º 79/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como adjunto para exercer funções no meu gabinete, o licenciado Joaquim Carlos de Oliveira Pinto Gomes Rodrigues, Inspetor da Inspeção-Geral de Finanças.

2 — O designado é autorizado a beneficiar do disposto na alínea *a*) do n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 3 de dezembro de 2015.

22 de dezembro de 2015. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

Nota curricular

Dados pessoais:

Nome: Joaquim Carlos de Oliveira Pinto Rodrigues
Data de nascimento: 7 de março de 1969

Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito, menção de Ciências Jurídico-Políticas.

Experiência profissional e funções desempenhadas:

2015 — Inspetor da Inspeção-Geral de Finanças, na área de avaliação de programas.

2012 a 2014 — Secretário-geral adjunto do Ministério da Economia com responsabilidades na área dos assuntos jurídicos, contencioso, comunicação e relações públicas. Responsabilidades na área dos recursos financeiros do ME, incluindo a função de entidade coordenadora orçamental.

2011 — Inspetor da Inspeção-Geral de Finanças, na área de auditoria às autarquias locais.

2010 — Secretário-geral adjunto do Ministério da Defesa Nacional.

2009 — Diretor do Departamento Central de Inspeção da Inspeção-Geral das Autarquias Locais.

2008 a 2010 — Presidente da Comissão de Fiscalização do Instituto de Ação Social das Forças Armadas.

2007 — Inspetor-geral da Defesa Nacional.

2004 a 2006 — Subinspetor-geral da Defesa Nacional.

2002 a 2004 — Subdiretor-geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional. Coordenador da comissão interministerial de acompanhamento ao sistema de incentivos ao voluntariado e representante estratégico do Ministério da Defesa para o projeto do Portal do Cidadão.

1999 a 2002 — Inspetor da Inspeção-Geral da Administração do Território realizando inspeções e inquéritos.

1997 a 1999 — Dirigente associativo da Associação Nacional de Contratados do Exército. Coordenador da publicação “Voluntariado no Exército, 10 Anos de Experiência”. Promoção e organização de ações como o Seminário “Criação da própria empresa e reinserção profissional de contratados”.

1988 a 1998 — Oficial do Exército com responsabilidades na área Pessoal e de Justiça e Disciplina.

Por ocasião da cessação de funções como Inspetor-geral da Defesa Nacional, foi condecorado com a medalha da Defesa Nacional de 1.ª classe.

209220687

Despacho n.º 80/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012,

de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de secretária pessoal do meu gabinete, Clotilde Maria Porfírio da Henriqueta Medina da Costa Mesquita.

2 — A designada é autorizada a beneficiar do disposto na alínea *b*) do n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 26 de novembro de 2015.

22 de dezembro de 2015. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

Nota curricular

Dados biográficos

Nome: Clotilde Maria Porfírio da Henriqueta Medina da Costa Mesquita
Nacionalidade: Portuguesa
Data de nascimento: 25 de setembro de 1955

Habilitações académicas

Curso de Orientação no Conselho de Segurança das Nações Unidas — 2010 — Nova Iorque

Université Catholique de Louvain-la-Neuve (Belgium) — Italiano, Nível A — 1989

Bacharelato em Línguas do Instituto Superior de Línguas e Administração, concluído em 1985

Atividade profissional

Adjunta do Secretário de Estado para o Mar, de abril a outubro de 2015;

Exerceu funções diplomáticas na Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas, 2000-2012;

Secretária Pessoal do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, 1995-2000;

Diretora Executiva do CIAL — Lingua Service International, 1990-1997;

Assistente do Deputado ao Parlamento Europeu, Professor José Meireiros Ferreira, 1985-1987;

Cargos administrativos em empresas privadas, 1973-1985.

209220621

Despacho n.º 81/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, obtida a autorização do Conselho Superior do Ministério Público, designo como adjunta para exercer funções no meu gabinete a licenciada Ivone Maria Matos Matoso, Procuradora da República.

2 — A designada opta pelo estatuto remuneratório correspondente ao posto de trabalho de origem à data da designação, ao abrigo do n.º 8 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 26 de novembro de 2015.

22 de dezembro de 2015. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

Nota curricular

Dados pessoais

Nome — Ivone Maria Matos Matoso;
Data de nascimento — 11 de outubro de 1961;
Naturalidade — Peniche.

Habilitações académicas

Licenciada pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Frequência, no ano letivo 2003-2004, da Pós-Graduação em Mediação e Justiça Restaurativa, no Instituto Superior de Educação e Ciências.

Experiência profissional

Por despacho de 20.09.1985, publicado no D.R., 2.ª série, de 30.09.1985, nomeada Auditora de Justiça no Centro de Estudos Judiciários, iniciando a formação na Magistratura a partir de 1.10.1985;

Nomeada como Delegada do Procurador da República, em regime de estágio, na Comarca de Loures, em outubro de 1987;

Início de funções, como Delegada do Procurador da República, em 20 de dezembro de 1988, tendo sido, na mesma data, colocada na co-